

Países ricos apoiam plano Brady

WASHINGTON — O Grupo dos Sete (países industrializados) deu, ontem, um sólido apoio ao plano Brady, mas frisou que "as negociações concretas sobre a redução da dívida e do serviço da dívida devem ser feitas pelos países devedores com os bancos comerciais", sem mediação ou interferência externas. Os ministros de Finanças dos países ricos decidiram que o financiamento das operações de redução será feito através de empréstimos condicionados, do Banco Mundial e do FMI. Numa aparente divergência com as intenções do governo americano, o G-7 defendeu a necessidade de os países ricos mudarem suas legislações bancárias, para facilitar as operações de redução da dívida.

O comunicado foi divulgado ao final de dois dias de negociações dos ministros das Finanças dos Estados Unidos, Japão, Alemanha Federal, Canadá, França, Itália e Inglaterra, numa mansão histórica perto de Washington. Havia claras divergências entre os sete sobre os detalhes do plano, mas o documento fi-

nal resultou num consistente apoio ao plano americano. "Deve ser dada maior ênfase à redução voluntária da dívida e do serviço da dívida nos acordos com os bancos comerciais, como um complemento a novos empréstimos", diz o documento.

O Grupo dos Sete destaca que o FMI e o Banco Mundial devem ajudar nesses esquemas de redução somente nos países que estiverem aplicando programas de substancial reforma econômica. Diz que esse apoio deve ser dado através de uma parte dos empréstimos de ajustes de políticas setoriais e econômicas, que se destinariam à redução das dívidas. Não há nenhuma menção ao fundos paralelos para o mesmo fim, que foram previstos pelo plano Brady e que seriam constituídos principalmente com a colaboração do Japão. Mas prevê a concessão de um apoio limitado ao pagamento de juros nas operações de redução da dívida ou dos serviços.

O comunicado dá muita ênfase ao caráter voluntário dos mecanismos e

prevê que os bancos comerciais devem desempenhar um papel-chave neste esquema. (R.C.A.)

O Brasil recebeu do governo americano uma recomendação de procurar diretamente os banqueiros para começar a negociar já novos esquemas de redução da dívida, baseados nos princípios consagrados pelo plano Brady. O ministro Mailson da Nóbrega deu essa informação ontem, ao reiterar que foi um "mal-entendido" o comentário do sub-secretário do Tesouro, David Mulford, sobre a exclusão do Brasil da lista dos primeiros países a se beneficiarem com o plano americano de redução da dívida. Segundo Mailson — que se encontrará hoje com o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, na sede do FMI — os países europeus têm sérias restrições ao plano americano.